



Prefeitura Municipal de São Borja
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serv. Urb., Segurança e Trânsito
SMIESUST

Memo nº 351/2023/SMIESUST/ORÇAMENTO

São Borja, 30 de outubro de 2023.

Da: Secretaria de Infraestrutura, Serv. Urb., Segurança e Trânsito – SMIESUST

À: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos – SMPOP

Assunto: Alteração PRE nº 49/2023 – RP Massa Asfáltica.

Solicitamos a essa secretaria, em atenção ao questionamento da empresa TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 00.472.805/0003-08, considerando PARECER TÉCNICO Nº 205/2023/DPE/SMPOP, a inclusão das seguintes exigências quanto a HABILITAÇÃO TÉCNICA:

(...)

5) – HABILITAÇÃO TÉCNICA:

Autorização da ANP para comercialização de insumos asfálticos, conforme determina a Resolução nº 02 de 14/01/2005/ANP – Agência Nacional de Petróleo – (D.O.U. 19.01.2005) e Atestado de Capacidade Técnica do fornecedor.

Solicitamos também a alteração no descritivo do ITEM 01 (Massa Asfáltica – Cód. 80022561), considerando inconsistências identificadas.

Em tempo, informamos que, considerando a alteração do descritivo do ITEM 01 (Massa Asfáltica), foi gerado o Processo de Compra nº 44570/2023, sendo que os demais itens e especificações permanecem inalterados.

Atenciosamente,

Moacir Antônio de Oliveira Tiecher
Secretário da SMIESUST
Decreto nº 18.904/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria de Planejamento
Departamento de Projetos e Edificações - DPE

Memo nº 2020/2023/DPE/ SMPOP

São Borja, 27 de Outubro de 2023.

Do: Secretaria de Planejamento – SMPOP

Para: Secretário SMIESUST

ASSUNTO: Especificações técnicas de CBUQ a Frio em Sacos de 25 Kg.
- Emulsão Asfáltica RR-2C Para Pintura de Ligação.

Encaminhamos especificações técnicas, para registro de Preços do CBUQ para aplicação a Frio em Sacos de 25 Kg, e da Emulsão Asfáltica RR-2C, para Pintura de Ligação, elaborado pelo Eng. Nelson Freitas

Atenciosamente:

Caroline Cogo Contreira
Secretária de Planejamento
Decreto 19603/22



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
RUA CEL APPARÍCIO MARIENSE DA SILVA, 2751
SÃO BORJA
55 34314455

88.489.786/0001-01

PROCESSO DE COMPRA Nº 044570
ORGÃO : SEC. DE INFRAESTRUTURA, SERV.URB, SEG. E
UNIDADE : GABINETE DO SECRETÁRIO E UNIDADES SUBORD
USUÁRIO : KELVIN WILIAM PAIM DE MORAES

Dados do Solicitação

Departamento : 81 - SMIESUST - CIDADE MELHOR

Data : 01/11/2023

Resumo : Registro de preço para futura e eventual aquisição de massa asfáltica e emulsão asfáltica para tapa buraco.

ITEM	QUANT	UNIDADE	MATERIAL OU SERVIÇO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	10000	Saco	<p>ITEM SEM DOTAÇÃO</p> <p>80022561 - MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ) PARA APLICAÇÃO A FRIO, SACO COM 25KG. - SOLICITAÇÃO: 49188 PA:</p> <p>RESUMO: MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ), PREPARADA COM PEDRISCO, PÓ DE PEDRA, AREIA (ANALISE GRANULOMÉTRICA PASSANTE NÃO INFERIOR A 97% NA PENEIRA 3/8") E ASFALTO (TEOR DE BETUME ENTRE 4,0% E 6,0%), DENSIDADE APARENTE DA MASSA SUPERIOR A 1,80 G/CM³, NÃO EMULSIONADO, PARA APLICAÇÃO A FRIO EM MANUTENÇÃO CORRETIVA DE REVESTIMENTOS ASFÁLTICOS. SACO DE RÁFIA COM 25 KG.</p> <p>ESPECIFICAÇÃO: CBUQ CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (DNIT 031/2006-ES E DNER313/97), EM USINA DE ASFALTO, USINA PARA FABRICAÇÃO DE CBUQ E NÃO DE PMF OU FRIA, COM A TEMPERATURA DO LIGANTE NÃO INFERIOR A 107°C, COM GRANULOMETRIA Densa TIPO FAIXA "C" (% EM MASSA PASSANDO 100% NA PENEIRA 3/4, 80- 100% NA 1/2 E 2-10% NA 200 COM TOLERÂNCIA MÁXIMA ENTRE 7 E 2%), DOSADO EM ATÉ 6% NÃO INFERIOR A 4% COM CAP 50/70 (DNER-EM 204) NÃO EMULSIONADO, NÃO DILUÍDO, OBEDECENDO INTEGRALMENTE A NORMA PARA CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO DNIT EM-095/2006, MANTENDO MASSA ESPECIFICA DO CAP = 1,000 KG/DM³ COM VARIAÇÃO MÁXIMA E MÍNIMA CONFORME NORMA DNER-EM 204 E PONTO DE FULGOR MÍNIMO DE 235°C MESMO DEPOIS DE SOFRER O PROCESSO DE ADIÇÃO DE DOP (DNER-ME 078 E DNER 079) POR COMPOSTO QUÍMICO POLIMERIZADO, LÍMPIDO, DE COR ESCURA, INCOMPATÍVEL COM PRODUTOS DE CLASSE 5.1, SUBCLASSE 2.3, QUE APRESENTA TOXIDADE POR INALAÇÃO LC500 < 1000 PPM, SUBCLASSE 4.1, ONU: 3101, 3102, 3111 E 3112 E SUBCLASSE 6.1 DO GRUPO DE EMBALAGEM, GARANTINDO ESTOCABILIDADE QUANDO EMBALADO POR NO MÍNIMO 365 DIAS DEPOIS DE USINADO, SEM PERDER TRABALHABILIDADE, GARANTINDO APLICAÇÃO FRIA E EM AMBIENTES ÚMIDOS (CHUVA) SEM PERDER A COESÃO DEPOIS DE APLICADO, GARANTINDO A COMPACTAÇÃO (PORCENTAGEM DE VAZIO, ENTRE 3 E 5% DNIT 031/2006) E ESTABILIDADE (DNER-ME 043 KGF MÍNIMO DE 500).</p> <p>ITEM SEM DOTAÇÃO</p>	0,0000	0,00
2	2000	Litro	<p>80022562 - EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO RR-2C. - SOLICITAÇÃO: 49188 PA:</p> <p>RESUMO: EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO RR-2C, PARA PAVIMENTAÇÃO – ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAL – CONFORME NORMA DNIT 165/2013 – EM.</p>	0,0000	0,00

TOTAL

0,00

SÃO BORJA, 01 DE NOVEMBRO DE 2023.

AUTORIZO

AUTORIZO

Moacir Antonio de Oliveira
Moacir Antonio de Oliveira

Secretário da SMIESUST

Decreto nº 18.904/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
RUA CEL APPARICIO MARIENSE DA SILVA, 2751
SÃO BORJA - RS
55 34314455 - CNPJ : 88.489.786/0001-01

<https://www.saoborja.rs.gov.br>

Orçamento: 39067
Processo de Compra: 44570

Item	Descr. Produto	Unidade	Vir. Med.	Mediana	Quant.	Vir. Un.	MUNICIPIO DE SAO BORJA(1)
1	MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBU	Saco	302.500,00	302.500,00	10000	30,2500	302.500,00
2	EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO RR-2C. - EMU	Litro	25.680,00	25.680,00	2000	12,8400	25.680,00
QUANT. TOTAL 12.000,00							
SUBTOTAL GANHO 43,0900							328.180,00
SUBTOTAL COTADO 43,0900							328.180,00

FORNECEDOR(ES)	VALOR GANHO	VALOR COTADO
77144 - MUNICIPIO DE SAO BORJA (1)	328.180,00	328.180,00
TOTAIS	328.180,00	328.180,00

TOTAL GERAL 328.180,00

MEDIA POR ITEM

Seq	Item	Descrição do Material	Unidade	Qtde	Vir Unitário	Vir Total
1		MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBU	Saco	10000	30,2500	302.500,00
2		EMULSÃO ASFÁLTICA DO TIPO RR-2C. - EMU	Litro	2000	12,8400	25.680,00
TOTAL						328.180,00

**PREGÃO
PARA COMPRA DE MATERIAL:**

Parecer Técnico Nº 205/2023/DPE/SMPOP

**1- Sacos de Ráfia de 25 Kg, com
Massa Asfáltica**

2- Emulsão Asfáltica RR-2C



Parecer Técnico Nº 205/2023/DPE/SMPOP .

ESPECIFICAÇÕES PARA COMPRA DE MATERIAL:

TERMO DE REFERÊNCIA:

DESCRIÇÃO DO OBJETO

1. Saco de ráfia com 25 Kg de Massa Asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com pedrisco, pó de pedra, areia (análise granulométrica passante não inferior a 97% na peneira 3/8") e asfalto (teor de betume entre 4,0% e 6,0%), densidade aparente da massa superior a 1,80 g/cm³, não emulsionado, para aplicação a frio.
manutenção corretiva de revestimentos asfálticos.

1.1- Asfalto Ensacado: trata-se de uma massa asfáltica CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente, produzido a quente em usinas tradicionais com cimento asfáltico de petróleo - CAP 50/70, modificado com exclusivo retardador de cura, para estocagem, aplicação a frio, em manutenção emergencial e preventiva de pavimentos asfálticos. O produto é concebido com fogo de alta tecnologia para agregar praticidade, economia e qualidade nos resultados.

- Usinado à quente com CAP 50/70 modificado;
- Não emulsionado;
- Total resistência à água;
- Ideal para serviços de tapa buraco, desnecessário imprimação ou pintura de ligação;
- Melhor custo benefício do mercado;
- Redução total da perda de material na aplicação;
- Estocável no mínimo de 12 meses;
- Durabilidade superior ao CBUQ convencional;
- Pronto para aplicação;
- Liberação imediata do tráfego;
- Sacos de 25 Kg;
- Aplicação a frio.
- Rendimento: Entre 4 e 5 sacos de rendimento de 1m² com 5cm de espessura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SMPOP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E PROJETOS

2 – EMULSÃO ASFÁLTICA:

2.1- Emulsões asfálticas RR-2C, para pavimentação – Especificação de material – Conforme NORMA DNIT 165/2013 - EM

2.2- Classificação da Emulsão:

A Emulsão asfáltica deverá ser de Ruptura Rápida – RR-2C

2.3 – Unidade e Quantidade:

A Emulsão deverá ser entregue em Bombonas de PVC com tampa removível de 200 litros, ou Tonel de 20 Litros, conforme Solicitação da Secretaria de Infraestrutura (SMIESUST).

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - O registro de preços é uma ferramenta que serve para futura e eventual aquisição do produto licitado. Nesse processo, o registro do produto indicado no item acima, atenderá o município de São Borja durante o período de 12 meses e suprirá as demandas existentes, quando forem requisitadas, não necessitando da reserva orçamentária em sua totalidade, utilizando os recursos financeiros de forma sustentável.

3.2 – A massa Asfáltica em Sacos de 25 Kg, será utilizado na melhoria e manutenção de vias públicas, tais como: asfaltamento de ruas calçadas com pedras “tipo pé de moleque”, recapeamento de vias asfaltadas e operação tapa buracos de vias degradadas pela ação das chuvas ou em decorrência de desgaste natural, preservando a pavimentação existente em boas condições para a circulação de veículos e pedestres.

3.3 - Os serviços de aplicação da massa asfáltica serão realizados pelos servidores municipais, pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

3.4 – A entrega dos Produtos deverá ser no Município de São Borja em local definido pela SMIESUST.

4 - DA VIGÊNCIA

4.1 - O Registro de Preços terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos da Lei 8.666/93.

5 - DA FORMA DE AQUISIÇÃO E POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR OUTROS ÓRGÃOS E MUNICÍPIOS

5.1 - As aquisições de materiais decorrentes do Registro de Preços serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria de Infraestrutura, mediante a emissão de requisição de fornecimento e da nota de empenho.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SMPOP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E PROJETOS

5.2 - Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Secretaria Municipal de Infraestrutura, promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.

5.3 – **A Empresa deverá se comprometer de entregar os Produtos, no Município de São Borja, no endereço a ser fornecido pela SMIESUST.**

5.4 - O prazo de entrega dos materiais não será superior a 15 (QUINZE) dias úteis contados do recebimento da ordem de fornecimento.

5.5 - A unidade requisitante poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos ou informações relativas ao produto ofertado.

5.6 - É facultada aos órgãos ou entidades dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a adesão a ata de registro de preços, para aquisição do material ora licitado, nos termos da legislação aplicável.

6 - DO RECEBIMENTO

6.1 - A responsabilidade pelo recebimento dos materiais e equipamentos associados, ficará a cargo:

6.1.1 - Provisoriamente, de funcionário designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, para efeito de posterior verificação da conformidade com as entregas realizadas de acordo com a especificação.

6.1.2 - Definitivamente, ao final do contrato, momento no qual responsável designado pela Administração Municipal de São Borja, deverá proceder à avaliação de desempenho.

7 - RESULTADOS ESPERADOS

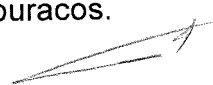
7.1 - Registro de preço para a totalidade do material indicado;

7.2 - Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;

7.3 - Utilização sustentável dos recursos financeiros deste Município, alocando somente o necessário para cada aquisição;

7.4 - Aquisição de materiais de boa qualidade;

7.5 - Maior agilidade na execução das obras de manutenção de vias públicas, especialmente para a realização de operações tapa-buracos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SMPOP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E PROJETOS

8 - QUANTIDADES MÍNIMAS A SEREM ADQUIRIDAS

8.1 - Para o Registro de Preços do presente objeto, a Administração Municipal de São Borja não está prevendo o estabelecimento de quantidades mínimas a serem adquiridas, conforme faculta a legislação aplicável.

8.2 - As quantidades indicadas no Termo de Referência são meramente estimativas.

9- DA GESTÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

9.1 - Caberá à Secretaria Municipal de Infraestrutura, a gestão dos preços registrados verificada a adequação destes aos praticados pelo mercado e às necessidades demandadas pela Administração Municipal de São Borja.

10. DO PAGAMENTO

10.1 Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade dos fornecimentos realizados e com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto de recebimento do material, pelos servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal de São Borja.

São Borja, 27 de Outubro de 2023.


Eng. Civil Nelson Freitas
CREA RS 73.745 – D

11- ANEXO I-

11.1- Especificações Técnicas da Massa Asfáltica (CBUQ):

Massa Asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com pedrisco, pó de pedra, areia (análise granulométrica passante não inferior a 97% na peneira 3/8") e asfalto (teor de betume entre 4,0% e 6,0%), densidade aparente da massa superior a 1,80 g/cm³, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção corretiva de revestimentos asfálticos. Saco de rafia com 25 Kg.

CBUQ Concreto Betuminoso Usinado a Quente (DNIT 031/2006-ES e DNER313/97), em usina de asfalto, usina para fabricação de CBUQ e não de PMF ou fria, com a temperatura do ligante não inferior a 107°C, com granulometria densa tipo faixa "C" (% em massa passando 100% na peneira 3/4, 80- 100% na 1/2 e 2-10% na 200 com tolerância máxima entre 7 e 2%), dosado em até 6% não inferior a 4% com CAP 50/70 (DNER-EM 204) não emulsionado, não diluído, obedecendo integralmente a norma para cimento asfáltico de petróleo DNIT EM-095/2006, mantendo massa específica do CAP = 1,000 kg/dm³ com variação máxima e mínima conforme norma DNER-EM 204 e ponto de fulgor mínimo de 235°C mesmo depois de sofrer o processo de adição de DOP (DNER-ME 078 e DNER 079) por composto químico polimerizado, límpido, de cor escura, incompatível com produtos de classe 5.1, subclasse 2.3, que apresenta toxicidade por inalação LC500 < 1000 ppm, subclasse 4.1, ONU: 3101, 3102, 3111 e 3112 e subclasse 6.1 do grupo de embalagem, garantindo estocabilidade quando embalado por no mínimo 365 dias depois de usinado, sem perder trabalhabilidade, garantindo aplicação fria e em ambientes úmidos (chuva) sem perder a coesão depois de aplicado, garantindo a compactação (porcentagem de vazio, entre 3 e 5% DNIT 031/2006) e estabilidade (DNER-ME 043 kgf mínimo de 500).



11.2- ESPECIFICAÇÃO - *Apresentar juntamente no envelope da proposta;*
Os seguintes Laudo:

1)- RELATÓRIO DE ENSAIO DA MASSA POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, DE ACORDO COM AS NORMAS NBR ISO/IEC CONTENDO:

- ✓ GRANULOMETRIA: NÃO INFERIOR À 97% NA PENEIRA 3/8”;
- ✓ TEOR DE BETUME: ENTRE 4,0 À 6,0%.
- ✓ DENSIDADE APARENTE DA MASSA: SUPERIOR A 1,80 G/CM³;
- ✓ DETERMINAÇÃO DE ADESIVIDADE A LIGANTE BETUMINOSO: RESULTADO NO MÍNIMO SATISFATÓRIO.
- ✓ DETERMINAÇÃO DA RECUPERAÇÃO ELÁSTICA PELO DUCTILÔMETRO: RESULTADO (MÉDIA OU BOA)
- ✓ DETERMINAÇÃO DE ÍNDICE DE FORMA, CONFORME DNER ME 086/1994: MENOR QUE 1

2)- ABRASÃO “LOS ANGELES” DE ACORDO COM AS NORMAS: ABNT NBR NM 051:2001

COM OS SEGUINTE RESULTADOS:

% DE ABRASÃO: MENOR QUE 50%

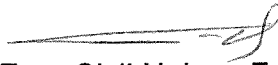
3)- APRESENTAR REGISTRO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (ENG.QUIMICO/ QUÍMICO), PELO PRODUTO DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CREA E CRQ, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.

4) - APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUIMICO (FISPQ), CONFORME NORMA ABNT NBR14725 – 4.

5) – HABILITAÇÃO TÉCNICA:

Autorização da ANP para comercialização de insumos asfálticos, conforme determina a Resolução Nº 02 de 14/01/2005/ANP _ Agência Nacional de Petróleo - (D.O.U. 19/01/2005) e Atestado do Capacidade Técnica do fornecedor.

São Borja, 27 de Outubro de 2023.


Eng. Civil Nelson Freitas
CREA RS 73.745 – D

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SMPOP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E PROJETOS

12. PLANILHA DE QUANTIDADE, ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Vr. Unit.	Vr. Total
01	Saco de ráfia com 25 Kg de Massa Asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com pedrisco, pó de pedra, areia (análise granulométrica passante não inferior a 97% na peneira 3/8") e asfalto (teor de betume entre 4,0% e 6,0%) densidade aparente da massa superior a 1,80 g/cm³, não emulsionado, para aplicação a frio, para os serviços de manutenção de ruas e avenidas do Município de São Borja, conforme descrição contida neste Memorial.		Sc 25 Kg		R\$
02	Emulsão asfáltica do tipo RR 2C		Bombona 200L		R\$

* Para cada remessa 1000 Sacos de 25 Kg será solicitado 200 Litros de Emulsão Asfáltica, deverá ser acompanhada de uma nova bombona.

* Observar essa proporcionalidade quando a solicitação for menor que 1000 Sacos, podendo vir a Emulsão Asfáltica em Toneis de 20 Litros.

São Borja, 27 de Outubro de 2023.



Engº Civil NELSON FREITAS
CREA RS 73.745-D



Prefeitura Municipal de São Borja
Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serv. Urb., Segurança e Trânsito
SMIESUST

Memo nº 332/2023/SMIESUST/ORÇAMENTO

São Borja, 18 de outubro de 2023.

Da: Secretaria de Infraestrutura, Serv. Urb., Segurança e Trânsito – SMIESUST


À: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos – SMPOP

Assunto: Análise de pedido de impugnação – Edital nº 49/2023 – PRE.

Solicitamos a essa secretaria, considerando conteúdo recebido via correio eletrônico (e-mail) em 18/10/2023 às 07:31 e anexo a este, para que o engenheiro civil Nelson Freitas, responsável pela elaboração do Parecer Técnico nº 160/2023/DPE/SMPOP, faça a análise e emita parecer quanto ao pedido da empresa TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA – CNPJ nº 00.472.805/0003-08, referente impugnação apresentada pela mesma ao Pregão Eletrônico nº 49/2023/PRE/SMPOP/DCL, no qual alega a não exigência de documentação técnica como requisitos de habilitação.

Saliente-se que o referido pregão está marcado para o dia 26/10/2023.

Atenciosamente,


Moacir Antônio de Oliveira Tiecher
Secretário da SMIESUST
Decreto nº 18.904/2021

PRE 49/2023

1 mensagem

Contratos e Licitações Prefeitura de São Borja <licitacoes.saoborja@gmail.com>18 de outubro de 2023 às
07:31

Para: SMIESUST Setor de Orçamento <smiesust.orcamento@gmail.com>

Bom dia!


PRE nº 49/2023 - Registro de preços de massa asfáltica de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para aplicação a frio e emulsão asfáltica, destinada à melhoria e manutenção de vias públicas

Encaminho o questionamento apresentado, para o setor responsável pela elaboração do termo de referência para **análise e manifestação** acerca dos fundamentos apresentados pela empresa. Salientamos que o certame esta marcado para dia 26/10/2023.Att,
Adriana Piegas

--

Departamento de Contratos e Licitações
Prefeitura Municipal de São Borja-RS
Fone: (55) 3431-9428

PREFEITURA DE SÃO BORJA/RS

2 anexos **Erechim, 03 de Março de 2004.pdf**
441K **ATA01 PE 49 2023.odt**
72K

À Comissão de Licitações

Município de São Borja/RS

REF: Pregão Eletrônico nº 049/2023

TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 00.472.805/0003-08, com sede na ERS 324, KM 4, Bairro São João da Bela Vista, Passo Fundo/RS, vem, por seus procuradores infrafirmados, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, nos termos do edital e da lei geral de licitações, suscitando para tanto as razões de fato e de direito abaixo, e ao final requerendo.

1. Preâmbulo

Trata o presente Processo Licitatório Pregão Eletrônico nº 049/2023, deste digno Município, de busca de empresas aptas ao fornecimento de “*insumos asfálticos derivados de petróleo*” nos termos do edital de regência.

Entretanto, o Instrumento Convocatório do certame em epígrafe, subscrito por Vossa Senhoria, *salvo melhor juízo*, apresentou importante equívoco, vale dizer: **a)** a não exigência de documentação técnica como requisitos de habilitação.

2. Dos Fatos e Fundamentos

2.1. Da Necessária Autorização da Agência Nacional do Petróleo Para Distribuição de Produtos Asfálticos Derivados de Petróleo - Documentos de Habilitação

Douto Pregoeiro, analisando os termos do edital, verifica-se que entre as exigências de qualificação das empresas interessadas em participar do referido processo licitatório, salvo melhor juízo, pouco há sobre a qualificação técnica a ser exigida dos licitantes quanto aos produtos asfálticos derivados de petróleo.

Circunstância deveras preocupante, quando falamos em aquisição de insumos pela Administração Pública. Até porque, a qualificação técnica comprovada através de atestados é a única forma do Administrador probo conhecer a empresa interessada em fornecer para o poder público, não existindo outra forma para tal.

E no caso sob análise, não há a menor exigência quanto a tal situação. Não há exigências de apresentação, pelas licitantes, de Autorização da Agência Nacional de Petróleo, tampouco Atestados de Capacidade Técnica, documentos indispensáveis à comprovação da qualificação técnica das empresas que pretendem distribuir produtos asfálticos derivados de petróleo.

No entanto, normas federais impõem um mínimo de qualificação para que empresas pratiquem a distribuição de insumos asfálticos, como se passa a expor.

Não se verifica no edital sob análise exigência de que o licitante possua no mínimo registro junto a Agência Nacional de Petróleo – ANP – para distribuição de insumos asfálticos.

Ademais, douto Pregoeiro, quanto aos itens de produtos asfálticos derivados de petróleo, somente o registro não torna a empresa apta à distribuição do insumo, conforme a normativa abaixo.

Para a comercialização e distribuição de insumos asfálticos, especialmente a produtos asfálticos derivados de petróleo, compete a Agência Nacional de Petróleo (na forma estabelecida na Lei 9.478/98) autorizar o exercício das atividades que envolvem o refino de petróleo, sendo a autorização deste Órgão condição fundamental para a comprovação da habilitação técnica e também legal da empresa licitante, conforme determina a Resolução nº 2 de 14/01/2005/ANP - Agência Nacional do Petróleo - (D.O.U. 19/01/2005).

Em destaque, o Art. 3º da referida Resolução:

Art. 3º. A atividade de distribuição de asfaltos somente poderá ser exercida por pessoa jurídica, constituída sob as leis brasileiras, que possuir autorização da ANP.

Assim, tendo em vista as especificidades dos produtos licitados, o art. 3º da **Resolução ANP 36/2012**, destaca a exigência de que o Distribuidor apresente Certificado de Qualidade do produto:

*Art. 3º A documentação fiscal e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) referentes às operações de comercialização e de transferência das emulsões asfálticas realizadas pelo Distribuidor deverão ser acompanhadas de uma cópia legível do **Certificado da Qualidade** atestando que o produto comercializado atende às especificações estabelecidas no Regulamento Técnico ANP nº 6/2012.*

Parágrafo único. O Certificado da Qualidade deverá ter numeração sequencial anual e ser firmado pelo químico responsável pelas análises laboratoriais realizadas, com indicação legível de seu nome e número da inscrição no órgão de classe, inclusive no caso de cópia emitida eletronicamente.

Por isso que não há como habilitar licitantes que não possuam a autorização da ANP, por ser

assim uma determinação legal.

Doutro norte, imperioso sinalar que a **Resolução ANP nº 839 de 01/03/21**, que estabelece os níveis de risco associados ao exercício das atividades econômicas regulamentadas pela ANP, classificada em nível III (sendo o nível máximo) para as atividades de distribuição de asfalto, nos termos do art. 8º, inciso LX.

Art. 8º. São classificadas como nível de risco III as atividades relacionadas aos seguintes atos:

[...]

LX - a autorização para o exercício de atividade de distribuição de asfaltos de que trata a Resolução ANP nº 2/2005, de 14 de janeiro de 2005;

A empresa que não possui a devida regulamentação para distribuição, comercialização e implementação de produtos asfálticos derivados de petróleo acaba por facilmente incorrer na aceleração de processos erosivos, carreamento de sólidos e assoreamento da rede de drenagem, interferências com a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, supressão de vegetação nativa, alteração nos habitats, ..., etc.

Destaca-se também que ao próprio Município contratante, em caso de contratar empresa não autorizada pela ANP cabe, em casos de danos ambientais, indenizações de toda ordem por exemplo, também ser responsabilizada de forma solidária com a empresa que não possuía tal autorização, já que a Administração Pública deveria ter esse conhecimento legal prévio quando busca adquirir produtos ou insumos asfálticos.

Responsável por algo é a pessoa, física ou jurídica (de direito privado ou público), que tem, por lei, a obrigação de zelar, fiscalizar ou administrar certas situações ou bens. Ademais, autor do dano é aquele que, por ação ou omissão, produziu o mesmo, nos termos do art. 186 do Código Civil. Dentro do Município, a responsabilidade pelo asfalto é da Administração Pública local.

Há assim uma responsabilidade solidária entre o setor público e a empresa contratada. Essa solidariedade decorre do fato de é de responsabilidade do setor público que, consoante a legislação, permite que o setor privado preste o serviço de sua competência. Como é o Poder Público quem faz a escolha da contratada, mesmo sendo através de processo licitatório, tem referida entidade de direito público, a obrigação de escolher empresa idônea e que prestará serviços de qualidade. Assim, caso haja dano, o setor público será solidariamente responsável com a empresa concessionária.

Há, neste caso, culpa *in eligendo*. A culpa *in eligendo* ocorre quando a pessoa faz uma má escolha daquele em quem se confia a execução ou prática de determinado ato ou o adimplemento de uma obrigação. Como é o setor público o responsável pela escolha da contratada, deve responder solidariamente pelos danos causados por esta.

A própria Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98) disciplina que quem, de qualquer forma, sabendo da conduta criminosa de outrem deixar de impedir a sua prática quando podia agir para evitá-la, incorre para a prática dos crimes previstos nesta, incidindo nas penas a esta cominadas – entre elas prestação de serviços à comunidade; interdição temporária de direitos; suspensão parcial ou total de atividades; prestação pecuniária; recolhimento domiciliar -.

Observe-se que a responsabilidade, não só pela implantação, mas também pela conservação do asfalto, dentro do perímetro urbano, é do Município, sendo que todo e qualquer dano oriundo de defeitos ou problemas na camada asfáltica é de responsabilidade da Prefeitura do Município, parte legitimada para ser acionada judicialmente em ação civil de reparação de danos (legitimidade passiva).

A responsabilidade do Estado está prevista não só na constitucionalmente, como no Código Civil assim redigidos:

Art. 37, § 6º, da CF: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

Art. 43, do CC: “As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo”.

Ainda, a pretensão indenizatória por danos decorrentes da má conservação do asfalto é prevista no §3º, do art. 1º do Código de Trânsito Brasileiro, versando assim:

“Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro”.

Neste viés, o intuito da Peticionante é demonstrar que o edital do certame está bastante flexível quanto ao item em questão, na medida em que não reproduziu exigências mínimas de atestação ou qualidade de produto, tampouco solicita autorizações das Licitantes, o que também vai de encontro com as normas acima destacadas.

Tal proceder vai muito além de futura alegação de vinculação ao edital, na medida em que o próprio edital descumpriu as normas federais atinentes a espécie, sendo que seu reconhecimento nada mais é do que atender o preceito legal ao caso concreto, não podendo ser absolvido por princípio que se sabe, não é absoluto.

Assim, imperioso seja estabelecido no edital do certame a necessidade de apresentar, a licitante interessada na distribuição de insumos asfálticos, **a devida autorização da ANP, único órgão responsável no País a certificar de forma adequada os distribuidores de insumos.**

Até porque, exigências necessárias e úteis são autorizados e recomendadas pela legislação pátria, conforme a Constituição Federal no seu art. 37, inciso XXI, estatuiu que:

“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Vale dizer, qualquer exigência deve, desse modo, guardar estrita pertinência com o objeto da contratação, razão pela qual, o ato convocatório só pode consignar requisitos e condições que sejam necessárias ao atendimento do interesse público visado. E no caso concreto é justamente o que se postula: requisitos mínimos de garantias à própria Administração Pública e seus municípios, que deverão contratar empresa apta à entrega do bem que se licita.

No que tange à fase de habilitação das licitações, que se destina à verificação da idoneidade dos licitantes em contratar com a Administração e sua capacidade de bem executar o objeto desejado, permite a Lei 8.666/93 a exigência de documentos relativos à: habilitação jurídica; regularidade fiscal e trabalhista; qualificação técnica; e, qualificação econômico-financeira; (artigos 28 a 31, respectivamente).

Como explica Marçal Justen Filho:

“o exercício de determinadas atividades ou o fornecimento de certos bens se encontram disciplinados em legislação específica. Assim, há regras acerca da fabricação e comercialização de alimentos, bebidas, remédios, explosivos etc. Essas regras tanto podem constar de lei como estar explicitadas em regulamentos executivos. Quando o objeto do contrato envolver bens ou atividades disciplinadas por legislação específica, o instrumento convocatório deverá reportar-se expressamente às regras correspondentes”¹

Isso quer dizer, Preclaro Pregoeiro, que o exercício de determinadas atividades ou a fabricação de determinados produtos depende de cumprimento de regras técnicas. A proposta comercial é que deve conter os critérios técnicos mínimos do produto, competindo à Administração, do mesmo modo, estipular no instrumento convocatório, sempre justificadamente, as características mínimas que o bem ou o serviço devem reunir e,

¹JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 12. Ed. São Paulo: Dialética, 2008. p. 434

eventualmente, requisitos obrigatórios decorrentes de legislação pertinente, a fim de assegurar a contratação de um objeto satisfatório e compatível com a necessidade que ensejou a instauração do certame.

Há inúmeros casos de Municípios que desconheciam tal norma, promovendo a alteração do edital para atender as referidas resoluções e muitas outras já incluindo em seus editais tal requisito, como forma de garantia e segurança à própria Administração Pública.

No Pregão Presencial nº 004/2021, do Município de Barrinha/SP, assim se pronunciou o digno pregoeiro, no caso concreto anulando o item emulsão asfáltica:

Neste sentido, há de ser reconhecido que nos termos do artigo 3º da Resolução 002/2005 da ANP, a atividade de distribuição do item emulsão asfáltica - item 2 (objeto de licitação no certame) vincula-se à expedição de autorização.

De mesmo modo, o Pregoeiro do Município de Extrema/MG realizou a retificação do Edital, no Processo Licitatório de Pregão Presencial nº 109/2021:

Desse modo, a fim de esclarecer, sobretudo, a estreita simetria com os princípios gerais da administração pública, contidos no art. 37 da Constituição Federal, e especificamente, os princípios norteadores da licitação e da administração pública, o Pregoeiro decide conhecer a impugnação e, no mérito, dar-lhe provimento, inserindo no edital do Pregão Presencial nº 109/2021 o requisito previsto no Art. 3º da Resolução nº 02 de 14/01/2005 / ANP - Agência Nacional do Petróleo, bem como a exigência do Cadastro Técnico Federal emitido pelo IBAMA, uma vez se tratar de atividade potencialmente poluidora.

Mais, o Pregoeiro do Município de Guapé/MG no Pregão Eletrônico 71/2021:

Dessa forma, parece razoável que a Administração se ajuste à especificação técnica da Impugnante, após analisar o conteúdo da Resolução ANP n.º 16 de 10.6.2010, que estabelece o seguinte:

Art. 1º - Fica regulada, pela presente Resolução, a atividade de refino de petróleo, que abrange a construção, modificação, ampliação de capacidade e operação de Refinaria de Petróleo, condicionada à prévia e expressa autorização da ANP.

Assim, visando atender as determinações da legislação que regulamenta a comercialização do produto, será necessária a apresentação da autorização da Agência Nacional do Petróleo - ANP.

Pregão Eletrônico 43/2021 de Rio Claro/SP:

Sobre inclusão do registro da ANP para comercialização e distribuição de insumos asfálticos entre as exigências de habilitação técnica e legal das licitantes: Da definição de distribuidor, contida na RESOLUÇÃO ANP Nº 36, de 13.11.2012, DOU 14.11.2012, seção I, artigo 2.º, fica evidente a necessidade da posse do documento de autorização, emitida pela ANP, para aquisição, manuseio, comercialização e distribuição de insumos asfálticos. Com intuito de se atender ao disposto na RESOLUÇÃO ANP Nº 36, de 13.11.2012, de garantir a aquisição de produtos normatizados e de qualidade, de se evitar eventuais ações judiciais, decorrentes de possíveis danos ambientais ou físico-patrimoniais sofridos por municípios, pelo manuseio de materiais com procedência duvidosa, esta Secretaria Municipal de Obras solicita a readequação do edital n.º 90/2021, para inclusão do registro da ANP entre as exigências de habilitação técnica e legal das licitantes.

Assim, como bem apreciado nos casos suso mencionados e, considerando que compete à ANP regular as atividades relativas à indústria nacional de petróleo e seus derivados, faz-se fundamental a comprovação e apresentação, ainda na fase de habilitação, da autorização expressa da ANP para comercialização e distribuição de insumos asfálticos do Licitante interessado na participação do certame.

Por isso o provimento desta impugnação é medida impositiva.

3. Dos Requerimentos

Em face do exposto, requer a Impugnante, o recebimento e julgamento da presente, nos moldes de praxe, com o efetivo acolhimento e deferimento dos argumentos acima lançados, para o fim de:

- α. incluir entre as exigências de habilitação técnica e legal das licitantes,
Autorização da ANP para distribuição e comercialização de insumos asfálticos, conforme determina a Resolução nº 2 de 14/01/2005/ANP - Agência Nacional do Petróleo - (D.O.U. 19/01/2005) e Atestados de Capacidade Técnica.

Pede e Espera Deferimento.

Passo Fundo (RS) para São Borja (RS), 16 de outubro de 2023.

LUANA OLIVEIRA

DA

SILVA:02771006073

Assinado de forma digital
por LUANA OLIVEIRA DA

SILVA:02771006073

Dados: 2023.10.16

10:35:36 -03'00'

TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Luana Oliveira da Silva

Procuração nº 33.543



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E PROJETOS

ATA DE REUNIÃO N° 288/2023 (Sequência:1)
PREGÃO ELETRÔNICO n° 49/2023

No dia dezesseis do mês de outubro do ano de dois mil e três (16/10/2023), a Comissão Permanente de Licitações nomeada pelo Decreto n°. 19.707, de 21 de novembro de 2022, formada pelos membros: ADRIANA PIEGAS DE SOUZA, servidora estatutária, neste ato desempenhando as atividades de Pregoeira, MARINICE NIEDERAUER IENSEN, LIANA KRAUSE DOBAL STREB, TATIANE GAVIÃO CAMARGO e CRISTIANE ANDRADE DOS SANTOS se reuniram na sala de licitações da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Projetos da Prefeitura Municipal de São Borja, à rua Ver. Eurico Batista da Silva, n° 64, com a finalidade de realizar o Pregão Eletrônico n° 49/2023/PRE/SMPOP/DCL, o qual tem por objeto o registro de preços de massa asfáltica de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ) para aplicação a frio e emulsão asfáltica, destinada à melhoria e manutenção de vias públicas. Foi constatado o recebimento de impugnação, via e-mail, no dia 16/10/2023 às 10:48, tempestivo, da empresa **TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ n°: 00.472.805/0003-08, **ALEGANDO: Da Necessária Autorização da Agência Nacional do Petróleo Para Distribuição de Produtos Asfálticos Derivados de Petróleo:** "Não há exigências de apresentação, pelas licitantes, de Autorização da Agência Nacional de Petróleo, tampouco Atestados de Capacidade Técnica, documentos indispensáveis à comprovação da qualificação técnica das empresas que pretendem distribuir produtos asfálticos derivados de petróleo. No entanto, normas federais impõem um mínimo de qualificação para que empresas pratiquem a distribuição de insumos asfálticos, como se passa a expor. Não se verifica no edital sob análise exigência de que o licitante possua no mínimo registro junto a Agência Nacional de Petróleo – ANP – para distribuição de insumos asfálticos. Ademais, douto Pregoeiro, quanto aos itens de produtos asfálticos derivados de petróleo, somente o registro não torna a empresa apta à distribuição do insumo, conforme a normativa abaixo. Para a comercialização e distribuição de insumos asfálticos, especialmente a produtos asfálticos derivados de petróleo, compete a Agência Nacional de Petróleo (na forma estabelecida na Lei 9.478/98) autorizar o exercício das atividades que envolvem o refino de petróleo, sendo a autorização deste Órgão condição fundamental para a comprovação da habilitação técnica e também legal da empresa licitante, conforme determina a Resolução n° 2 de 14/01/2005/ANP - Agência Nacional do Petróleo - (D.O.U. 19/01/2005). A empresa que não possui a devida regulamentação para distribuição, comercialização e implementação de produtos asfálticos derivados de petróleo acaba por facilmente incorrer na aceleração de processos erosivos, carregamento de sólidos e assoreamento da rede de drenagem, interferências com a qualidade das águas superficiais e subterrâneas, supressão de vegetação nativa, alteração nos habitats, ..., etc. Destaca-se também que ao próprio Município contratante, em caso de contratar empresa não autorizada pela ANP cabe, em casos de danos ambientais, indenizações de toda ordem por exemplo, também ser responsabilizada de forma solidária com a empresa que não possuía tal autorização, já que a Administração Pública deveria ter esse conhecimento legal prévio quando busca adquirir produtos ou insumos asfálticos." **REQUER:** "o recebimento e julgamento da presente, nos moldes de praxe, com o efetivo acolhimento e deferimento dos argumentos acima lançados, para o fim de: incluir entre as exigências de habilitação técnica e legal das licitantes, Autorização da ANP para distribuição e comercialização de insumos asfálticos, conforme determina a Resolução n° 2 de 14/01/2005/ANP – Agência Nacional do Petróleo - (D.O.U. 19/01/2005) e Atestados de Capacidade Técnica." Encaminho o questionamento apresentado, para o setor responsável pela elaboração do termo de referência para **análise e manifestação** acerca dos fundamentos apresentados pela empresa. Salientamos que o certame esta marcado para dia 26/10/2023. Nada mais havendo, a Pregoeira encerrou os trabalhos da presente reunião e, eu, Adriana Piegas de Souza lavei a presente ata, que após lida e achada conforme, segue assinada por mim e demais membros da Comissão.

ADRIANA PIEGAS DE SOUZA

..... PREGOEIRA

LIANA KRAUSE DOBAL STREB
APOIO

..... EQUIPE DE

TATIANE GAVIÃO CAMARGO

..... EQUIPE DE APOIO

CRISTIANE ANDRADE DOS SANTOS
APOIO

..... EQUIPE DE

MARINICE NIEDERAUER IENSEN
APOIO

..... EQUIPE DE

PREGÃO
PARA COMPRA DE MATERIAL:

Parecer Técnico Nº 160/2023/DPE/SMPOP

**1- Sacos de Ráfia de 25 Kg, com
Massa Asfáltica**

2- Emulsão Asfáltica RR-2C

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Agosto – 2023



NELSON FREITAS
Eng.º Civil
CREA/RS 73.745-D
Matricula 0904

Parecer Técnico Nº 160/2023/DPE/SMPOP .

ESPECIFICAÇÕES PARA COMPRA DE MATERIAL:

TERMO DE REFERÊNCIA:

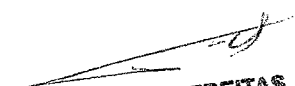
DESCRIÇÃO DO OBJETO

1. Saco de rafia com 25 Kg de Massa Asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com pedrisco, pó de pedra, areia (análise granulométrica passante não inferior a 97% na peneira 3/8") e asfalto (teor de betume entre 4,0% e 6,0%) com adição de no mínimo 1,5% de pó de borracha, densidade aparente da massa entre 1,80 a 2,25 g/cm³, não emulsionado, para aplicação a frio.

manutenção corretiva de revestimentos asfálticos.

1.1- Asfalto Ensacado: trata-se de uma massa asfáltica CBUQ - Concreto Betuminoso Usinado a Quente, produzido a quente em usinas tradicionais com cimento asfáltico de petróleo - CAP 50/70, modificado com exclusivo retardador de cura, para estocagem, aplicação a frio, em manutenção emergencial e preventiva de pavimentos asfálticos. O produto é concebido com fogo de alta tecnologia para agregar praticidade, economia e qualidade nos resultados.

- Usinado à quente com CAP 50/70 modificado;
- Não emulsionado;
- Total resistência à água;
- Ideal para serviços de tapa buraco, desnecessário imprimação ou pintura de ligação;
- Melhor custo benefício do mercado;
- Redução total da perda de material na aplicação;
- Estocável no mínimo de 12 meses;
- Durabilidade superior ao CBUQ convencional;
- Pronto para aplicação;
- Liberação imediata do tráfego;
- Sacos de 25 Kg;
- Aplicação a frio.
- Rendimento: 4 sacos rendem até 1m² com 5cm de espessura.


NELSON FREITAS
Eng.º Civil
CREA/RS 73.745-D
Matricula 0904

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

SMPOP

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E PROJETOS

2 – EMULSÃO ASFÁLTICA:

2.1- Emulsões asfálticas RR-2C, para pavimentação – Especificação de material – Conforme NORMA DNIT 165/2013 - EM

2.2- Classificação da Emulsão:

A Emulsão asfáltica deverá ser de Ruptura Rápida – RR-2C

2.3 – Unidade e Quantidade:

A Emulsão deverá ser entregue em Bombonas de PVC com tampa removível de 200 litros, ou Tonel de 20 Litros, conforme Solicitação da Secretaria de Infraestrutura (SMIESUST).

3 - JUSTIFICATIVA

3.1 - O registro de preços é uma ferramenta que serve para futura e eventual aquisição do produto licitado. Nesse processo, o registro do produto indicado no item acima, atenderá o município de São Borja durante o período de 12 meses e suprirá as demandas existentes, quando forem requisitadas, não necessitando da reserva orçamentária em sua totalidade, utilizando os recursos financeiros de forma sustentável.

3.2 – A massa Asfáltica em Sacos de 25 Kg, será utilizado na melhoria e manutenção de vias públicas, tais como: asfaltamento de ruas calçadas com pedras “tipo pé de moleque”, recapeamento de vias asfaltadas e operação tapa buracos de vias degradadas pela ação das chuvas ou em decorrência de desgaste natural, preservando a pavimentação existente em boas condições para a circulação de veículos e pedestres.

3.3 - Os serviços de aplicação da massa asfáltica serão realizados pelos servidores municipais, pertencentes ao quadro da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

3.4 – A entrega dos Produtos deverá ser no Município de São Borja em local definido pela SMIESUST.

4 - DA VIGÊNCIA

4.1 - O Registro de Preços terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos da Lei 8.666/93.

5 - DA FORMA DE AQUISIÇÃO E POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR OUTROS ÓRGÃOS E MUNICÍPIOS

5.1 - As aquisições de materiais decorrentes do Registro de Preços serão feitas de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria de Infraestrutura, mediante a emissão de requisição de fornecimento e da nota de empenho.

NELSON FREITAS
Eng.º Civil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SMPOP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E PROJETOS

5.2 - Este instrumento não obriga à contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas, podendo a Secretaria Municipal de Infraestrutura, promover a aquisição de acordo com suas necessidades, obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro à preferência, em igualdade de condições.

5.3 – **A Empresa deverá se comprometer de entregar os Produtos, no Município de São Borja, no endereço a ser fornecido pela SMIESUST.**

5.4 - O prazo de entrega dos materiais não será superior a 15 (QUINZE) dias úteis contados do recebimento da ordem de fornecimento.

5.5 - A unidade requisitante poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos ou informações relativas ao produto ofertado.

5.6 - É facultada aos órgãos ou entidades dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, a adesão a ata de registro de preços, para aquisição do material ora licitado, nos termos da legislação aplicável.

6 - DO RECEBIMENTO

6.1 - A responsabilidade pelo recebimento dos materiais e equipamentos associados ficará a cargo:

6.1.1 - Provisoriamente, de funcionário designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, para efeito de posterior verificação da conformidade com as entregas realizadas de acordo com a especificação.

6.1.2 - Definitivamente, ao final do contrato, momento no qual responsável designado pela Administração Municipal de São Borja, deverá proceder à avaliação de desempenho.

7 - RESULTADOS ESPERADOS

7.1 - Registro de preço para a totalidade do material indicado;

7.2 - Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;

7.3 - Utilização sustentável dos recursos financeiros deste Município, alocando somente o necessário para cada aquisição;

7.4 - Aquisição de materiais de boa qualidade;

7.5 - Maior agilidade na execução das obras de manutenção de vias públicas, especialmente para a realização de operações tapa-buracos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA

SMPOP

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E PROJETOS

8 - QUANTIDADES MÍNIMAS A SEREM ADQUIRIDAS

8.1 - Para o Registro de Preços do presente objeto, a Administração Municipal de São Borja não está prevendo o estabelecimento de quantidades mínimas a serem adquiridas, conforme faculta a legislação aplicável.

8.2 - As quantidades indicadas no Termo de Referência são meramente estimativas.


9- DA GESTÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

9.1 - Caberá à Secretaria Municipal de Infraestrutura, a gestão dos preços registrados verificada a adequação destes aos praticados pelo mercado e às necessidades demandadas pela Administração Municipal de São Borja.

10. DO PAGAMENTO

10.1 Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade dos fornecimentos realizados e com o discriminado na respectiva nota fiscal e o atesto de recebimento do material, pelos servidores da Secretaria Municipal de Infraestrutura e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal de São Borja.

São Borja, 17 de Agosto de 2023.


Eng. Civil Nelson Freitas
CREA RS 73.745 – D

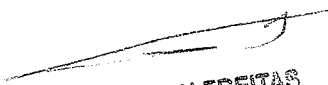
NELSON FREITAS
Eng.º Civil
CREA/RS 73.745-D
Matricula 0904

11- ANEXO I-

11.1- Especificações Técnicas da Massa Asfáltica (CBUQ):

Massa Asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com pedrisco, pó de pedra, areia (análise granulométrica passante não inferior a 97% na peneira 3/8") e asfalto (teor de betume entre 4,0% e 6,0%) com adição de no mínimo 1,5% de pó de borracha, densidade aparente da massa entre 1,80 a 2,25 g/cm³, não emulsionado, para aplicação a frio em manutenção corretiva de revestimentos asfálticos. Saco de rafia com 25 Kg.

CBUQ Concreto Betuminoso Usinado a Quente (DNIT 031/2006-ES e DNER313/97), em usina de asfalto, usina para fabricação de CBUQ e não de PMF ou fria, com a temperatura do ligante não inferior a 107°C, com granulometria densa tipo faixa "C" (% em massa passando 100% na peneira 3/4, 80- 100% na 1/2 e 2-10% na 200 com tolerância máxima entre 7 e 2%), dosado em até 6% não inferior a 4% com CAP 50/70 (DNER-EM 204) não emulsionado, não diluído, obedecendo integralmente a norma para cimento asfáltico de petróleo DNIT EM-095/2006, mantendo massa específica do CAP = 1,000 kg/dm³ com variação máxima e mínima conforme norma DNER-EM 204 e ponto de fulgor mínimo de 235°C mesmo depois de sofrer o processo de adição de DOP (DNER-ME 078 e DNER 079) por composto químico polimerizado, límpido, de cor escura, incompatível com produtos de classe 5.1, subclasse 2.3, que apresenta toxicidade por inalação LC500 < 1000 ppm, subclasse 4.1, ONU: 3101, 3102, 3111 e 3112 e subclasse 6.1 do grupo de embalagem, garantindo estocabilidade quando embalado por no mínimo 365 dias depois de usinado, sem perder trabalhabilidade, garantindo aplicação fria e em ambientes úmidos (chuva) sem perder a coesão depois de aplicado, garantindo a compactação (porcentagem de vazio, entre 3 e 5% DNIT 031/2006) e estabilidade (DNER-ME 043 kgf mínimo de 500).


NELSON FREITAS
Eng.º Civil
CREA/RS 73.745-D
Matricula 0904

11.2- ESPECIFICAÇÃO - *Apresentar juntamente no envelope da proposta;*
Os seguintes Laudo:

1)- RELATÓRIO DE ENSAIO DA MASSA POR LABORATÓRIO CREDENCIADO PELO INMETRO, DE ACORDO COM AS NORMAS NBR ISO/IEC CONTENDO:

- ✓ GRANULOMETRIA: NÃO INFERIOR À 97% NA PENEIRA 3/8";
- ✓ TEOR DE BETUME: ENTRE 4,0 À 6,0%.
- ✓ DENSIDADE APARENTE DA MASSA: ENTRE 1,80 E 2,25 G/CM³;
- ✓ DETERMINAÇÃO DE ADESIVIDADE A LIGANTE BETUMINOSO: RESULTADO NO MÍNIMO SATISFATÓRIO.
- ✓ DETERMINAÇÃO DA RECUPERAÇÃO ELÁSTICA PELO DUCTILÔMETRO: RESULTADO (MÉDIA OU BOA)
- ✓ DETERMINAÇÃO DE ÍNDICE DE FORMA, CONFORME DNER ME 086/1994: MENOR QUE 1

2)- ABRASÃO "LOS ANGELES" DE ACORDO COM AS NORMAS: ABNT NBR NM 051:2001

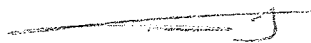
COM OS SEGUINTE RESULTADOS:

% DE ABRASÃO: MENOR QUE 50%

3)- APRESENTAR REGISTRO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO (ENG.QUIMICO/ QUÍMICO), PELO PRODUTO DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CREA/CRQ, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE.

4) - APRESENTAR FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTO QUIMICO (FISPQ), CONFORME NORMA ABNT NBR14725 – 4.

São Borja, 17 de Agosto de 2023.


Eng. Civil Nelson Freitas
CREA RS 73.745 – D

NELSON FREITAS
Eng.º Civil
CREA/RS 73.745-D
Matricula 0904

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SMPOP
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTOS E PROJETOS

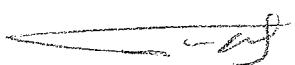
12. PLANILHA DE QUANTIDADE, ESPECIFICAÇÕES E ORÇAMENTO:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Vr. Unit.	Vr. Total
01	Saco de ráfia com 25 Kg de Massa Asfáltica usinada a quente (CBUQ), preparada com pedrisco, pó de pedra, areia (análise granulométrica passante não inferior a 97% na peneira 3/8") e asfalto (teor de betume entre 4,0% e 6,0%) com adição de no mínimo 1,5% de pó de borracha, densidade aparente da massa entre 1,80 a 2,25 g/cm³, não emulsionado, para aplicação a frio, para os serviços de manutenção de ruas e avenidas do Município de São Borja, conforme descrição contida neste Memorial.		Sc 25 Kg		R\$
02	Emulsão asfáltica do tipo RR 2C		Bombona 200L		R\$

* Para cada remessa 1000 Sacos de 25 Kg será solicitado 200 Litros de Emulsão Asfáltica, deverá ser acompanhada de uma nova bombona.

* Observar essa proporcionalidade quando a solicitação for menor que 1000 Sacos, podendo vir a Emulsão Asfáltica em Toneis de 20 Litros.

São Borja, 17 de Agosto de 2023.



Engº Civil NELSON FREITAS
CREA RS 73.745-D

NELSON FREITAS
Eng.º Civil
CREA/RS 73.745-D